

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

|  |                   |                                    |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta   | Processo          | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2025/35617</b>                                   | <b>47237/2025</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Unidade Administrativa                                 |                   |                                    |
| <b>DOM - UAC [ENTRADAS]</b>                            |                   |                                    |
| Propósito  |                   |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b> |                   |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve                                |                   |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>                       |                   |                                    |

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

#### Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Concurso Público: CPE.22.25.DMOSMContratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO".

Preço base (Pb): €4.794.985,92 (quatro milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois centimos), (Sem IVA);Prazo máximo de execução da empreitada: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

#### ASSUNTO: Aprovação do Relatório Preliminar de Análise de Classificação e Ordenação das Propostas

Submete-se para aprovação o Relatório Preliminar, que se anexa, com projeto de adjudicação da proposta com preço superior ao preço base, com recurso à hipótese legal consagrada no citado artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## Relatório Preliminar de Análise de Classificação e Ordenação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

**Concurso Público: CPE.22.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO”.**

Preço base (Pb): €4.794.985,92 (quatro milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois centavos), (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

**Abertura das propostas: 03/10/2025**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 14/10/2025, com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada de “**REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO**”, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º



do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e retificações em vigor.

## II – LISTA DOS CONCORRENTES:

Apresentaram proposta os seguintes concorrentes:

| Identificação do concorrente:           | Preço          | PRAZO<br>(DIAS) |
|---|----------------|-----------------|
| RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.               | € 5 693 150,93 | 450             |
| ARLO, S.A.                              | € 5 738 798,20 | 450             |
| M.KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. | € 5 354 000,00 | 450             |

## III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

III.1. O júri do procedimento procedeu à análise das propostas apresentadas, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, sendo somente considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

III.2. O júri verificou ainda que, as propostas dos concorrentes a seguir indicados, apresentam um valor global superior ao preço base, sendo motivo de exclusão, de acordo com o disposto nos artigos 70.º, n.º 2 e 146.º n.º 2, ambos do CCP.



- **PROPOSTAS QUE PREENCHEM UM SÓ MOTIVO DE EXCLUSÃO: preço proposto superior ao preço base do procedimento:**

**- RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA;**

**Motivo de exclusão:**

- Apresentação de um preço contratual (**€5 693 150,93**), superior ao preço base do procedimento (€4.794.985,92), sendo a exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

**- ARLO, S.A;**

**Motivo de exclusão:**

- Apresentação de um preço contratual (**€5 738 798,20**), superior ao preço base do procedimento (€4.794.985,92), sendo a exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

**- M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A;**

**Motivo de exclusão:**

- Apresentação de um preço contratual (**€5 354 000,00**), superior ao preço base do procedimento (€4.794.985,92), sendo a exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

Face aos resultados da análise das propostas, o Júri concluiu que todas as propostas preenchem fundamentos previstos no Código dos Contratos Públicos para a exclusão do procedimento.

#### **IV– VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 70.º, n.º 6 do CCP:**

O artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos determina que **«não há lugar à adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando (...) todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º, no que respeita às propostas»**.



O valor das propostas apresentadas não excede em mais de 20% do preço base, verifica-se também que estas propostas reúnem as condições para adjudicação, existindo, portanto, a possibilidade de adjudicação, nos termos definidos no artigo 70.º n.º 6 do CCP, o qual admite que as entidades adjudicantes **adjudiquem propostas cujo preço seja superior ao preço base**, nos termos seguintes:

*«No caso do concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que tenham sido excluídas com fundamento na alínea d), do n.º 2 (do artigo 70.º) e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:*

- a) Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja a referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º;*
- b) O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º;*
- c) A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço».*

#### **V- REQUISITOS PARA ADJUDICAÇÃO DA PROPOSTA COM PREÇO SUPERIOR AO PREÇO BASE:**

O Júri procurou verificar se, no contexto do presente procedimento, estão preenchidos os requisitos e pressupostos que habilitam a entidade adjudicante a proceder à adjudicação, com recurso à hipótese legal consagrada no citado artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos.

- **Tipo de procedimento | verificado:** o procedimento de formação do contrato é um concurso público;
- **Exclusão de todas as propostas | verificado:** o júri concluiu que todas as propostas apresentadas preenchem motivos de exclusão, conduzindo à



aplicação do disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos;

- **Existir, pelo menos, uma proposta cuja exclusão foi determinada somente por apresentar um preço superior ao preço base | verificado:** da análise das propostas, resulta que as propostas apresentadas não preenchem qualquer outro fundamento de exclusão para além do enunciado na alínea d), do n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos;
- **O preço da proposta cuja exclusão foi determinada apenas por apresentar um preço superior ao preço base não exceder em mais de 20% o montante do preço base | verificado:** O preço global das propostas apresentado, não excede em mais de 20% o preço base do procedimento;
- **A possibilidade de adjudicação acima do preço base se encontre prevista no programa do procedimento | verificado:** Esta possibilidade de adjudicação acima do preço base está prevista no Programa do Procedimento;
- **A modalidade do critério de adjudicante prevista no Programa do Procedimento seja a de «multifator» | verificado:** o Programa do Procedimento indica, como modalidade do critério de adjudicação, a prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º, sendo o critério de adjudicação densificado por diferentes fatores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar;
- **A adjudicação recaia sobre a proposta admissível, à luz destes pressupostos, que seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação | verificado:** O critério de adjudicação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade Multifator, enquanto instrumento de diferenciação e graduação de propostas, será aplicado nos termos do artigo 19.º do Programa do Concurso, de acordo com o regulamento de análise das propostas.
- **O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º | verificado:** Foi promovido um concurso público com publicação de anúncio no JOUE n.º 2025-OJS147-00509810, e o valor da proposta a



adjudicar, inscreve-se nos limiares definidos para o tipo de procedimento, pelo disposto no artigo 19.º, alínea b) do Código dos Contratos Públicos;

- **A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço | verificado:** uma vez que a autorização da despesa está delimitada pelo preço base, a possibilidade de adjudicação, por recurso ao disposto no artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, exigirá a revisão de tal decisão, de harmonia com o valor da proposta que pode ser aceite.
- **Existam motivos excecionais e de justificado interesse público para a adjudicação acima do preço base | verificado:**

- **Fundamentação – Operacionalidade das intervenções** - O Município de Braga pretende requalificar, e se necessário, ampliar os principais equipamentos escolares, adequando-os às novas exigências regulamentares, dotando-os das necessárias condições de utilização, acessibilidade, segurança e conforto térmico.

O acesso a infraestruturas educativas de qualidade e acessíveis deve constituir-se como o elemento fundamental para a igualdade de oportunidades na aprendizagem e conhecimento, no desenvolvimento pessoal e profissional. Os investimentos em infraestruturas e equipamentos educativos são baseados na análise e priorização de necessidades, tendo em consideração as disparidades territoriais e as dinâmicas de alteração demográfica e com base no instrumento de planeamento existentes. A requalificação desta Escola visa dar resposta aos pressupostos do programa base previamente definido, procedendo a requalificação do edifício escolar existente, ampliando-o e adaptando-o, formalmente, as condicionantes e configuração do terreno disponível, garantindo uma acomodação dos espaços necessários para o seu funcionamento, favorecendo uma relação direta entre o existente requalificado, a ampliação e o recreio, formando assim no seu todo, um conjunto funcional e coerente, tendo como premissas principais: a segurança, a funcionalidade e o conforto dos utilizadores.

O projeto para a requalificação e ampliação da escola Básica Bairro Económico, freguesia de São Vitor, concelho de Braga, visa dotar este equipamento escolar dos



espaços necessários e definidos no programa, nomeadamente, um Jardim-de-Infância, prevendo-se o encerramento do J.I. Brácara Augusta.

Assim, esta escola necessita de uma intervenção na sua globalidade, tanto ao nível de ampliação como de requalificação, visando melhorar a segurança, a funcionalidade e o conforto do edifício, nomeadamente, a temperatura, a luminosidade, o conforto acústico, entre outros, como refere o Despacho Conjunto 268/97 de 25 de agosto e critérios estabelecidos para a “Construção/Ampliação/Requalificação de escolas na perspetiva de Centro Escolar.

Proceder-se-á à requalificação do edifício numa clara intenção de criar núcleos funcionais distintos numa hierarquia funcional que se pretende que seja coerente, ancoradas nas comunicações horizontais sem nunca se perder a homogeneidade do conjunto.

Pretende-se dotar o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional. Por forma a habilitar as instalações em conformidade com a regulamentação e com a procura e necessidades comprovadas, foi executado um projeto de requalificação e ampliação da Escola Básica do Bairro Económico, dotando-se o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional, tornando-o acessível, amplo e capaz de responder às necessidades das crianças.

**- Fundamentação do interesse público – Perda de oportunidade de financiamento - Financiamento aprovado:**

De acordo com as informações técnicas, trata-se de uma empreitada, cuja operação “Requalificação e ampliação da Escola Básica do Bairro Económico, encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER-02273200.

Calendário da operação:

Data de início: 01-05-2025

Data conclusão: 31-12-2026





| Nº Projeto               | Designação  | Submetido                                |                | Aprovado                  |                |
|--------------------------|---|--|----------------|---------------------------|----------------|
| NORTE2030-FEDER-02273200 | Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico | Investimento Total                       | 4 400 041,42 € | Investimento Total        | 4 400 041,42 € |
|                          |   | Investimento Elegível Comparticipado     | 3 180 000,00 € | Investimento Elegível     | 4 400 041,42 € |
|                          |   | Investimento Elegível Não Comparticipado | 1 220 041,42 € |                           |                |
|                          |   | Investimento Não Elegível                | - €            | Investimento Não Elegível | - €            |
|                          |   | Fundo (61,43%)                           | 2 703 000,00 € | Fundo (61,43%)            | 2 703 000,00 € |

Face à necessidade de assegurar o cumprimento das condicionantes de programação e de calendário de implementação do NORTE2030 e no sentido de evitar qualquer risco de anulação de fundos comunitários atribuídos ao NORTE2030 decorrente da aplicação do artigo 105.º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060, do Parlamento e do Conselho, de 24 de junho de 2021, a operação deve respeitar uma meta de execução igual ou superior a 30% a 30 de setembro de 2025 e uma meta de execução igual ou superior a 70% a 30 de setembro de 2026, sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva associado aos pedidos de pagamento devidamente quitados e registados no Balcão dos Fundos até às datas limite de referência das metas anteriormente mencionadas.

**- Fundamentação perante a atual situação de excecionalidade** – Possível ineficácia de novo procedimento. Constatase, ainda que, no futuro imediato, dada a inflação crescente e a variação constante dos preços, existe o risco significativo de nem tão pouco ser possível executar a obra pelo preço proposto pelos concorrentes, dado que presentemente vive-se um crescimento muito acentuado da inflação.

Uma grande parte do aumento da inflação reflete o aumento dos preços da energia. Adicionalmente, os preços dos alimentos, bens industriais não energéticos e serviços tem também vindo a contribuir para a tendência ascendente da inflação desde outubro de 2021.

Por outro lado, para o Município de Braga é de **relevante interesse público** executar a obra concursada, pela satisfação indispensável às necessidades de melhoria desta infraestrutura – *não fazendo perigar* – o financiamento contratado e cuja execução física e financeira tem prazos exigentes, não compatíveis com o



lançamento de um novo concurso público que, dada a incerteza do mercado, pode facilmente redundar num cenário idêntico ao aqui verificado.

Com efeito, julga-se que estará fundamentada a necessidade de se proceder à adjudicação da empreitada por um valor acima da base, pois, uma tal opção contrária – que envolverá a repetição de todo o procedimento, com um novo preço base, naturalmente – implicará o consumo de um período temporal que se alargará entre 6 a 8 meses - realce-se, sem qualquer garantia de que se alcance, sequer, um preço contratual, no jogo concorrencial, equivalente ao que, neste momento, com recurso ao artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos é possível assegurar - o que traduziria em um claro prejuízo para o interesse público em contraponto com as razões, fundamentos e interesses acima identificados e explanados.

#### VI – ADMISSÃO DAS PROPOSTAS AO ABRIGO DO ARTIGO 70.º, n.º 6 DO CCP:

Considera-se assim que as propostas dos concorrentes RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA; ARLO, S.A. e M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A., reúnem as condições para a sua admissão e posterior adjudicação, transitando para avaliação através da operacionalização do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o artigo 19.º do Programa do Concurso.

| Concorrente                             | Prazo 30% | Pontuação-Prazo | Preço 70 %     | Pontuação-Preço | Total | Observações             |
|---|-----------|-----------------|----------------|-----------------|-------|-------------------------|
| M.KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. | 450       | 1,00            | 5 354 000,00 € | -0,361          | 0,64  | Acima da base (11,66%)  |
| RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.               | 450       | 1,00            | 5 693 150,93 € | -0,890          | 0,11  | Acima da base (18,73 %) |
| ARLO, S.A.                              | 450       | 1,00            | 5 738 798,20 € | -0,961          | 0,04  | Acima da base (19,68%)  |

#### VII - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS POR SUBSUNÇÃO AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

Face ao anteriormente referido, propõe-se, ao abrigo do **artigo 70.º, n.º 6 do CCP**, a classificação e ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério do preço mais baixo da proposta apresentada, nos termos seguintes:



| Posição<br>(em função do<br>critério de<br>adjudicação) | Identificação do concorrente               | Pontuação<br>final | Preço da<br>proposta | Prazo de<br>Execução |
|---|--|--------------------|----------------------|----------------------|
| 1.º   | M.KAIROS – ENGENHARIA E<br>CONSTRUÇÃO S.A. | -0,361             | €5.354.000,00        | 450 dias             |
| 2.º   | RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.                  | -0,890             | €5.693.150,93        | 450 dias             |
| 3.º   | ARLO, S.A.                                 | -0,961             | €5.738.798,20        | 450 dias             |

**VIII.I. Cabimento orçamental**

Para cumprimento da alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se ao respetivo reforço/alteração da informação do cabimento n.º 97184 de 23/07/2025, revisto e atualizado em 14/10/2025.

**IX – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

28 de outubro de 2025

O Júri do Procedimento,

